

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAIANE SEGURO

ANÁLISE CRÍTICA DE REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-
FINANCEIRA PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES

CURITIBA

2014

NAIANE SEGURO

ANÁLISE CRÍTICA DE REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-
FINANCEIRA PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto

CURITIBA

2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, por minha vida, família, amigos e por tudo mais que me foi concedido.

À minha família, sempre presente em todos os momentos, pelo incentivo e apoio.

Ao Danilo, por toda paciência, companheirismo e carinho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, pelo suporte e comprometimento.

E a todos que colaboraram e participaram de alguma forma da minha formação.

RESUMO

SEGURO, N. **Análise Crítica de Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira para Participação em Licitações. 2014.** Monografia (Pós-Graduação). Departamento de Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

A Lei nº 8.666/93 regulamenta as licitações realizadas pela Administração Pública e, por isso, apresenta exigências para que as empresas interessadas possam estar habilitadas a participarem das licitações. Isso inclui requisitos para qualificação econômico-financeira, que pretendem verificar se as empresas possuem condições de executar o objeto da contratação na forma estabelecida. O estudo objetiva prover uma análise crítica dos requisitos exigidos para qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios realizados pelas principais instituições federais de ensino do Paraná em 2013. A pesquisa classifica-se como aplicada e qualitativa. Os instrumentos convocatórios foram coletados na página do Portal de Compras do Governo Federal. Foi verificado se as exigências estão de acordo com a legislação e orientações do Tribunal de Contas da União e se são suficientes para analisar a situação financeira das empresas interessadas. Os resultados indicaram que muitos instrumentos convocatórios não esclarecem quais documentos devem ser apresentados, alguns apresentam erros no cálculo de valores mínimos exigidos para Capital Social ou Patrimônio Líquido e vários exigem valores mínimos de Capital Social quando poderiam optar por fazer essa exigência em relação ao Patrimônio Líquido. A exigência de valores mínimos de índices contábeis sem opção de outra alternativa pode fazer com que empresas com boa qualificação econômico-financeira sejam desabilitadas se não forem avaliadas as situações que impactam no cálculo desses índices. Depreende-se, dessa forma, que as exigências para qualificação econômico-financeira ainda podem ser melhor definidas na elaboração dos instrumentos convocatórios, levando-se em conta o valor e complexidade do objeto da licitação.

Palavras-chave: Qualificação econômico-financeira. Licitações. Fase de habilitação.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura da Lei nº 8.666/93	15
Quadro 2: Modalidades de licitação	17
Quadro 3: Limites de valor para obras e serviços de engenharia	17
Quadro 4: Limites de valor para compras e demais serviços	18
Quadro 5: Conteúdo do edital	20
Quadro 6: Prazos mínimos	20
Quadro 7: Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica	22
Quadro 8: Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal e Trabalhista	23
Quadro 9: Consulta para coleta de dados	35
Quadro 10: Exigências referentes às Demonstrações Contábeis	43
Quadro 11: Possibilidade de atualização do Balanço Patrimonial	43
Quadro 12: Possibilidade de entregar Balanço Patrimonial de abertura	44
Quadro 13: Exigência de Certidão Negativa de Falência/ Recuperação Judicial	44
Quadro 14: Exigência de valor mínimos de índices	46
Quadro 15: Exigência de garantia contratual	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Procedimentos da licitação	24
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Instrumentos convocatórios coletados.....	38
Gráfico 2: Objetos das licitações.....	39
Gráfico 3: Tipos de licitações	40

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Editais de Tomada de Preços da UFPR	57
Apêndice B - Editais de Concorrência da UFPR	69
Apêndice C - Convites da UTFPR.....	75
Apêndice D - Editais de Tomada de Preços da UTFPR.....	78
Apêndice E - Editais de Concorrência da UTFPR	87
Apêndice F - Convites do IFPR	90
Apêndice G - Editais de Tomada de Preços do IFPR	93
Apêndice H - Editais de Concorrência do IFPR.....	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	10
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo Geral	12
1.3.2 Objetivos Específicos	12
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	12
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	13
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 ASPECTOS LEGAIS DAS LICITAÇÕES	14
2.2 MODALIDADES E TIPOS DE LICITAÇÃO	17
2.3 INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS.....	18
2.4 FASES DA LICITAÇÃO.....	23
2.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	25
2.5.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores	28
2.6 ORIENTAÇÕES E JURISPRUDÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	29
2.6.1 Capital Social e Patrimônio Líquido.....	30
2.6.2 Indicadores Contábeis.....	31
2.6.3 Demonstrações Contábeis	32
2.6.4 Garantia de Proposta	33
2.6.5 Outros.....	33
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	34
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	37

4.1 APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	37
4.2 DADOS COLETADOS.....	38
4.3 ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	40
4.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis	40
4.3.2 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/ Extrajudicial	44
4.3.3 Indicadores contábeis.....	45
4.3.4 Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo	47
4.3.5 SICAF.....	48
4.3.6 Garantia contratual	49
4.3.7 Observações	49
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
5.1 CONCLUSÕES	50
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICES	57

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo mostra uma visão geral da importância e objetivos da análise dos requisitos para qualificação econômico-financeira para fins de habilitação de interessados nas licitações realizadas por órgãos públicos. Apresenta-se a contextualização do assunto, o problema da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a delimitação da pesquisa e a estrutura do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Os recursos públicos devem ser utilizados de forma adequada e transparente, visando o bem comum. Tais recursos são obtidos principalmente por meio da cobrança de uma alta carga tributária imposta à sociedade, que, em boa parte das vezes, não recebe o retorno que deveria dos mais diversos serviços básicos. Por esse motivo, a cada ano que passa, as pessoas ficam mais conscientes e interessadas no que se refere à destinação e aplicação dos recursos públicos, especialmente devido à divulgação de notícias sobre desvios, fraudes e corrupção.

O setor público demanda um grande volume de serviços e produtos, os quais se fazem necessários para sua manutenção, aquisição e construção de bens e para prestação dos serviços públicos, cuja finalidade é satisfazer as necessidades coletivas. Para atender a todas essas necessidades, a Administração Pública precisa contratar fornecedores constantemente. Com o intuito de garantir transparência, isonomia, formalização e economicidade nesse processo, foi sancionada a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, denominada Lei de Licitações, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos.

A Lei nº 8.666/93 propõe procedimentos obrigatórios para a realização de licitações públicas. Tais procedimentos devem ser dotados de extrema lisura e envolvem responsabilidades por parte dos agentes públicos envolvidos, tendo em vista que uma licitação mal executada pode gerar grandes transtornos à população, tendo como consequência uma destinação incorreta dos recursos públicos, contrariando alguns dos princípios básicos da Administração Pública, como o da

legalidade, da finalidade, da moralidade, do interesse público e da eficiência. A correta aplicação e aperfeiçoamento da lei são fundamentais para uma utilização adequada dos recursos públicos, tendo como consequência o atendimento das necessidades da população a um custo razoável.

A legislação apresenta uma série de requisitos para que os fornecedores interessados possam estar habilitados a participar de licitações, o que inclui aspectos de natureza jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica. Os requisitos para qualificação econômico-financeira são o foco desse trabalho e revestem-se de especial importância, pois, com a dinâmica da economia, é preciso verificar com a maior precisão possível a capacidade financeira da empresa em conseguir garantir a completa execução do objeto estabelecido em contrato, sem que sejam acarretados prejuízos para a Administração e interesse público.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Com exceção das situações previstas na Lei nº 8.666/93 em que a licitação é dispensável ou inexigível, todas as demais aquisições de bens e contratação de serviços realizados pela Administração Pública devem ser precedidas de licitação. A Lei nº 8.666/93 determina uma série de requisitos para que os interessados possam estar habilitados a participarem do processo licitatório. Entre as exigências para a habilitação estão as de natureza econômico-financeira, que possuem como principal objetivo garantir que a empresa vencedora da licitação tenha condições financeiras para executar a totalidade do contrato firmado com a Administração Pública nas condições estabelecidas a fim de não causar danos ao interesse público.

Assim, a pesquisa pretende responder a seguinte questão problema: **Quais os requisitos usualmente adotados pelas principais instituições federais de ensino do Paraná para qualificação econômico-financeira em processos licitatórios no ano de 2013?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Em consonância com o problema de pesquisa, o objetivo da monografia consiste em prover uma análise crítica de quais são os requisitos usualmente adotados pelas principais instituições federais de ensino do Paraná para qualificação econômico-financeira em processos licitatórios no ano de 2013.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Investigar junto a Lei 8.666/93, Tribunal de Contas da União e Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) quais requisitos podem ser exigidos para qualificação econômico-financeira em processos licitatórios;

b) Descrever os requisitos de qualificação econômico-financeira utilizados pelas principais instituições federais de ensino do Paraná em processos licitatórios no ano de 2013; e

c) Prover uma análise crítica sobre os requisitos usualmente utilizados para qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

As licitações realizadas pelas autarquias federais estão diretamente relacionadas à aplicação de recursos públicos, sendo, portanto, objeto de interesse de toda a sociedade. Um dos quesitos para habilitação das empresas licitantes é a comprovação da qualificação econômico-financeira, cujo objetivo é comprovar se a empresa terá condições financeiras para cumprir com as obrigações do contrato derivado do objeto da licitação. Se a empresa vencedora de uma licitação apresentar problemas financeiros significativos, poderá descontinuar a prestação de serviços ou fornecimento de bens, prejudicando o interesse público e causando uma série de transtornos para a Administração. Sendo assim, é importante verificar se as

exigências para qualificação econômico-financeira são suficientes para analisar e comprovar a situação da empresa.

Ressalta-se que ainda são poucos os trabalhos acadêmicos encontrados disponibilizados na *internet* voltados para a análise das exigências para qualificação econômico-financeira nas licitações, justificando a contribuição acadêmica do estudo.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para fins de pesquisa de quais são os requisitos de qualificação econômico-financeira utilizados pelas principais instituições federais de ensino do Paraná em processos licitatórios no ano de 2013, serão utilizados os instrumentos convocatórios disponibilizados no Portal de Compras do Governo Federal referentes às seguintes modalidades de licitação: Concorrência, Tomada de Preços e Convite.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa é dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a contextualização do assunto, o problema da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a delimitação da pesquisa e a estrutura do trabalho. No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico. Inicialmente são abordados os aspectos legais e gerais das licitações, com ênfase nas determinações da Lei nº 8.666/93. Na sequência, trata-se especificamente da qualificação econômico-financeira em licitações, com a abordagem das exigências previstas em lei e das orientações e jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o assunto.

No terceiro capítulo são explicitados o método e as técnicas de pesquisa. No quarto capítulo são descritos os resultados e apresenta-se a análise crítica dos requisitos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira nas licitações dos órgãos pesquisados. No quinto capítulo são apresentadas as conclusões da pesquisa e as recomendações para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em seis seções. A primeira trata dos aspectos legais das licitações, com ênfase nos aspectos gerais da Lei nº 8.666/93. Em seguida, abordam-se as modalidades e os tipos de licitações, os instrumentos convocatórios, a habilitação dos interessados e as fases da licitação. A quinta seção trata especificamente da qualificação econômico-financeira em licitações, com a apresentação das exigências previstas em lei, do funcionamento e impactos do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e a sexta seção traz as orientações e jurisprudência do Tribunal de Contas da União acerca do assunto.

2.1 ASPECTOS LEGAIS DAS LICITAÇÕES

Licitação é um procedimento administrativo formal, isonômico, no qual a Administração Pública convoca interessados em apresentar propostas para fornecimento de bens ou prestação de serviços, que atendam às condições estabelecidas no instrumento convocatório, a fim de selecionar a proposta mais vantajosa. Motta (2011) afirma que a licitação é o instrumento que o Poder Público possui para coligir, analisar e avaliar comparativamente as ofertas e verificar qual é a mais favorável.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, institui as normas para licitações e contratos referentes a obras, serviços, compras, alienações e locações da Administração Pública. Essas normas devem ser observadas não somente pelas administrações direta e indireta, mas também pelas autarquias, fundos especiais, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades controladas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Após sua sanção, a Lei nº 8.666/93 foi emendada e modificada por vários dispositivos legais, como as Leis nº 8.883/1994, 9.848/1998, 9.854/1999, 12.349/2010, 123/2006, entre outras. Essa Lei visa regulamentar o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que determina:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988, p. 17)

A Lei nº 8.666 foi estruturada em 6 capítulos, os quais são divididos em seções, conforme apresentado no Quadro 1.

Capítulos	Seções
I - Das Disposições Gerais (Arts. 1º a 19)	I - Dos Princípios
	II - Das Definições
	III - Das Obras e Serviços
	IV – Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados
	V - Das Compras
	VI – Das Alienações
II - Da Licitação (Arts. 20 a 53)	I - Das Modalidades, Limites e Dispensa
	II - Da Habilitação
	III - Dos Registros Cadastrais
	IV - Dos Procedimentos e Julgamentos
III - Dos Contratos (Arts. 54 a 80)	I - Disposições Preliminares
	II - Da Formalização dos Contratos
	III - Da Alteração dos Contratos
	IV - Da Execução dos Contratos
	V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos
IV - Das Sanções Administrativas e da Tutela Judicial (Arts. 81 a 108)	I - Disposições Gerais
	II - Das Sanções Administrativas
	III - Dos Crimes e das Penas
	IV - Do Processo e do Procedimento Judicial
V - Dos Recursos Administrativos	
VI - Disposições Finais e Transitórias	

Quadro 1: Estrutura da Lei nº 8.666/93

Fonte: adaptado de MOTTA (2011, p. 52).

As licitações devem proporcionar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, com respeito aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, entre outros. De acordo com Niebuhr (2012), a licitação é uma forma de limitar a atuação da administração pública, impondo maiores rigores a fim de evitar que os agentes administrativos ou terceiros obtenham vantagens pessoais decorrentes de contratações irregulares.

As licitações devem ser realizadas no local em que o órgão está situado, exceto se houver alguma motivação justificada da Administração Pública para que a licitação seja realizada em outra localidade. Há casos ainda em que a licitação é dispensada ou inexigível, conforme arts. 24 e 25, respectivamente, da Lei nº 8.666/93. A licitação é dispensada somente em casos extremos, como de emergência ou calamidade pública, ou muito específicos, como para restauração de obras de arte e objetos históricos, por exemplo.

A licitação é inexigível quando a competição entre os participantes for algo inviável, como por exemplo, no caso de um equipamento ser vendido somente por uma empresa ou no caso de contratação de serviços técnicos de profissionais com notória capacidade e especialização e que sejam extremamente benéficos à Administração Pública, vedada tal modalidade para serviços de divulgação e publicidade.

As compras necessitam de indicação de recursos orçamentários e caracterização adequada do objeto, entretanto, sem indicação de marca. Deve ser indicada a quantidade a ser adquirida de acordo com a provável necessidade de consumo ou utilização.

Para as licitações que envolvam a execução de obras e prestação de serviços, é necessário que esteja disponível aos interessados o projeto básico aprovado por autoridade competente, bem como seja elaborado orçamento detalhado com todos os custos unitários relacionados. Deve haver previsão orçamentária para as obrigações decorrentes das obras ou serviços, os quais devem ter sido contemplados no Plano Plurianual. Isso é de grande importância para o equilíbrio das contas públicas.

Os contratos para prestação de serviços técnicos profissionais especializados devem preferencialmente ser precedidos de Concurso, no qual é estipulado o prêmio ou remuneração, com exceção para os casos de inexigibilidade de licitação. Já as alienações de bens da Administração Pública compreendem todas as transferências de domínio de bens a terceiros, como venda, doação ou permuta.

2.2 MODALIDADES E TIPOS DE LICITAÇÃO

Conforme artigo 22 da Lei nº 8.666/93, as modalidades de licitação são: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso e Leilão. O Concurso e o Leilão são modalidades especiais que se destinam a fins específicos. Cada modalidade apresenta características próprias, conforme apresentado no Quadro 2.

MODALIDADES DE LICITAÇÕES	
Modalidades	Particularidades
Concorrência	Interessado deve comprovar que possui os requisitos exigidos no edital na fase inicial de habilitação.
Tomada de preços	Interessado deve estar cadastrado ou possuir todas as condições para cadastramento até três dias antes do recebimento das propostas.
Convite	No mínimo 3 interessados são convidados pela Administração Pública e cadastrados podem manifestar interesse até 24 horas antes da realização da licitação.
Concurso	Aplicável para escolha de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos.
Leilão	Aplicável para venda de bens móveis inservíveis, produtos apreendidos ou penhorados e alienação de bens imóveis.

Quadro 2: Modalidades de licitação

Fonte: adaptado da Lei nº 8.666/93.

A escolha da modalidade da licitação deve levar em conta critérios qualitativos e quantitativos. Os critérios qualitativos possuem relação com as características do objeto da licitação, pois para determinados objetos é obrigatório a utilização de modalidade específica. Já os critérios quantitativos se referem ao valor estimado para contratação, sendo que existem limites de valor para utilização das modalidades Convite e Tomada de Preços, conforme apresentado nos Quadros 3 e 4.

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	
Modalidades	Valores
Convite	Até R\$ 150.000,00
Tomada de preços	Até R\$ 1.500.000,00
Concorrência	Acima de R\$ 1.500.000,00

Quadro 3: Limites de valor para obras e serviços de engenharia

Fonte: adaptado da Lei nº 8.666/93.

COMPRAS E DEMAIS SERVIÇOS	
Modalidades	Valores
Convite	Até R\$ 80.000,00
Tomada de preços	Até R\$ 650.000,00
Concorrência	Acima de R\$ 650.000,00

Quadro 4: Limites de valor para compras e demais serviços

Fonte: adaptado da Lei nº 8.666/93.

A Administração Pública, em situações que couber Convite, pode aplicar a Tomada de Preços e, em qualquer caso, a Concorrência Pública. A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu uma nova modalidade de licitação, denominada Pregão, que pode ser presencial ou eletrônico. É utilizada para os casos de contratação de bens e serviços de caráter comum, independentemente do valor estimado da contratação. No Pregão, os interessados apresentam proposta de preço por escrito e lances (verbais ou eletrônicos).

No âmbito federal, torna-se obrigatória a adoção da modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, devendo ser priorizada a utilização do Pregão eletrônico sempre que este for viável. Todavia, o Pregão não pode ser utilizado para licitar obras e serviços de engenharia.

Já os tipos de licitação referem-se a como será feita a escolha da proposta mais vantajosa. Os tipos podem ser Menor Preço, Melhor Técnica, Técnica e Preço e Maior Lance ou Oferta. Menor Preço é utilizado em geral para compras, serviços e também para aquisição de bens e serviços de informática quando for utilizada a modalidade Convite. Melhor Técnica é utilizado para serviços de natureza intelectual. Técnica e Preço é utilizado quando é preciso ponderar a proposta de preço e a técnica, sendo obrigatório para aquisição de bens e serviços de informática quando forem utilizadas as modalidades Tomada de Preços e Concorrência. Maior Lance ou Oferta é utilizado para alienações de bens e para concessão de direito real de uso.

2.3 INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

O processo licitatório caracteriza ato administrativo formal. O instrumento convocatório estabelece o objeto do processo licitatório, as especificações, os

quantitativos, os custos estimados, as datas para recebimento e abertura das propostas e as condições necessárias para que os interessados possam participar do certame. Entretanto, não deve conter dispositivos que comprometam a competitividade nem que estabeleçam tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras. Todavia, é garantido tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas, conforme Lei Complementar nº 123 de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 2014.

O instrumento convocatório do processo licitatório pode ser a carta-convite, utilizada para a modalidade Convite, e o edital, utilizado para as demais modalidades. O aviso com o resumo do edital da licitação e indicação do local em que o edital pode ser obtido na íntegra deve ser publicado com a devida antecedência. Quando a licitação for feita pela Administração Pública Federal ou se tratar de obra financiada com recurso federal, deve haver publicação no Diário Oficial da União. Para licitações da Administração Pública Estadual ou Municipal, a publicação deve ocorrer no Diário Oficial do Estado, já para licitações da Administração Pública do Distrito Federal, no Diário Oficial do Distrito Federal. Deve haver publicação em jornal diário de grande circulação do Estado e, se existir, do Município onde será realizado o objeto da licitação, podendo também serem adotados outros meios de divulgação. De acordo com Justen Filho (2012), se o órgão que está realizando a licitação possuir sítio oficial na *internet*, está obrigado a utilizá-lo também para divulgar a licitação.

O edital deverá conter a descrição e todas as orientações referentes ao processo licitatório e ser organizado com base nos itens dispostos no art. 40 da Lei das Licitações, conforme apresentado no Quadro 5.

CONTEÚDO DO EDITAL	
I - objeto da licitação	
II - prazo e condições para assinatura e execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;	
III - sanções para o caso de inadimplemento;	
IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;	
V - se há projeto executivo disponível e o local onde possa ser examinado e adquirido;	
VI - condições para participação na licitação e forma de apresentação das propostas;	
VII - critério para julgamento;	
VIII – locais e horários em que serão fornecidas informações e esclarecimentos relativos à licitação;	
IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;	
X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso;	
XI - critério de reajuste;	
XII - (Vetado)	
XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;	
XIV - condições de pagamento;	
XV - instruções e normas para os recursos previstos na lei;	
XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;	
XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.	

Quadro 5: Conteúdo do edital

Fonte: adaptado da Lei nº 8.666/93.

Os prazos mínimos entre a última publicação do aviso do edital/ expedição do convite e a realização da licitação são descritos no Quadro 6.

PRAZOS MÍNIMOS	
Modalidades	Prazos
Concurso	45 dias
Concorrência dos tipos "Melhor técnica" ou "Técnica e preço"	45 dias
Concorrência (demais tipos)	30 dias
Tomada de preços dos tipos "Melhor técnica" ou "Técnica e preço"	30 dias
Tomada de preços (demais tipos)	15 dias
Convite	5 dias úteis

Quadro 6: Prazos mínimos

Fonte: adaptado da Lei nº 8.666/93.

Se houver qualquer alteração no edital que possa afetar a formulação das propostas, o edital modificado deve ser republicado nos mesmos meios que o edital original e o prazo mínimo deve ser novamente considerado. É importante ressaltar que qualquer cidadão tem a possibilidade de impugnar edital de licitação se constatar alguma irregularidade até cinco dias úteis antes da abertura dos envelopes, tendo a Administração Pública o prazo de três dias úteis para resposta.

Em relação à habilitação dos interessados, Niebuhr (2012) afirma que a fase de habilitação é o momento em que a administração avalia a capacidade e idoneidade do

licitante, analisando se o mesmo possui qualificação adequada para firmar contrato com ela.

Para poder concorrer em uma licitação, é exigido dos interessados, conforme requisitos contidos no instrumento convocatório, a apresentação de documentos relativos à: habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e cumprimento do art. 7º da Constituição Federal (declaração de que menores de 18 anos não executam trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que a empresa não emprega menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz).

Na habilitação, os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, cópia (desde que autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública) ou publicados em órgão de imprensa oficial, conforme expressa o art. 32 da Lei nº 8.666/93. Além disso, é importante ressaltar que a documentação pode ser substituída por registro cadastral desde que esteja previamente expresso no edital. Isso porque os órgãos e entidades que realizam licitações com frequência podem manter registro cadastral de fornecedores interessados para fins de habilitação. A documentação relativa à habilitação está apresentada nos Quadro 7 e 8.

Habilitação Jurídica	Qualificação Técnica
<p>I - cédula de identidade;</p> <p>II - registro comercial, no caso de empresa individual;</p> <p>III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;</p> <p>IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;</p> <p>V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.</p>	<p>I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;</p> <p>II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;</p> <p>III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;</p> <p>IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.</p>

Quadro 7: Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica

Fonte: adaptado da Lei nº 8.666/93.

Qualificação Econômico-Financeira	Regularidade Fiscal e Trabalhista
<p>I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;</p> <p>II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;</p> <p>III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 da lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.</p>	<p>I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);</p> <p>II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</p> <p>III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;</p> <p>IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;</p> <p>V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.</p>

Quadro 8: Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal e Trabalhista
 Fonte: adaptado da Lei nº 8.666/93.

2.4 FASES DA LICITAÇÃO

É na fase interna ou preparatória que são determinadas as condições do ato convocatório antes deste ser publicado. Quando a Administração Pública define o objeto que será contratado, precisa estimar o seu valor através de pesquisa de mercado. Também é necessário verificar se há previsão orçamentária para o pagamento de tal despesa e se a mesma está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Depois é escolhida a modalidade de licitação a ser utilizada de acordo com o valor e características do objeto. Os agentes públicos responsáveis pela licitação devem ser designados por autoridade competente para compor a Comissão de Licitação, a qual pode ser permanente ou especial, e que deve ter no

mínimo três membros. É elaborado o edital contendo todas as especificações e requisitos necessários, o qual será aprovado e revisado pela área jurídica.

A fase externa ou executória inicia-se com a publicação do edital ou entrega do convite. Conforme estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93, a licitação seguirá os procedimentos apostos na Figura 1.

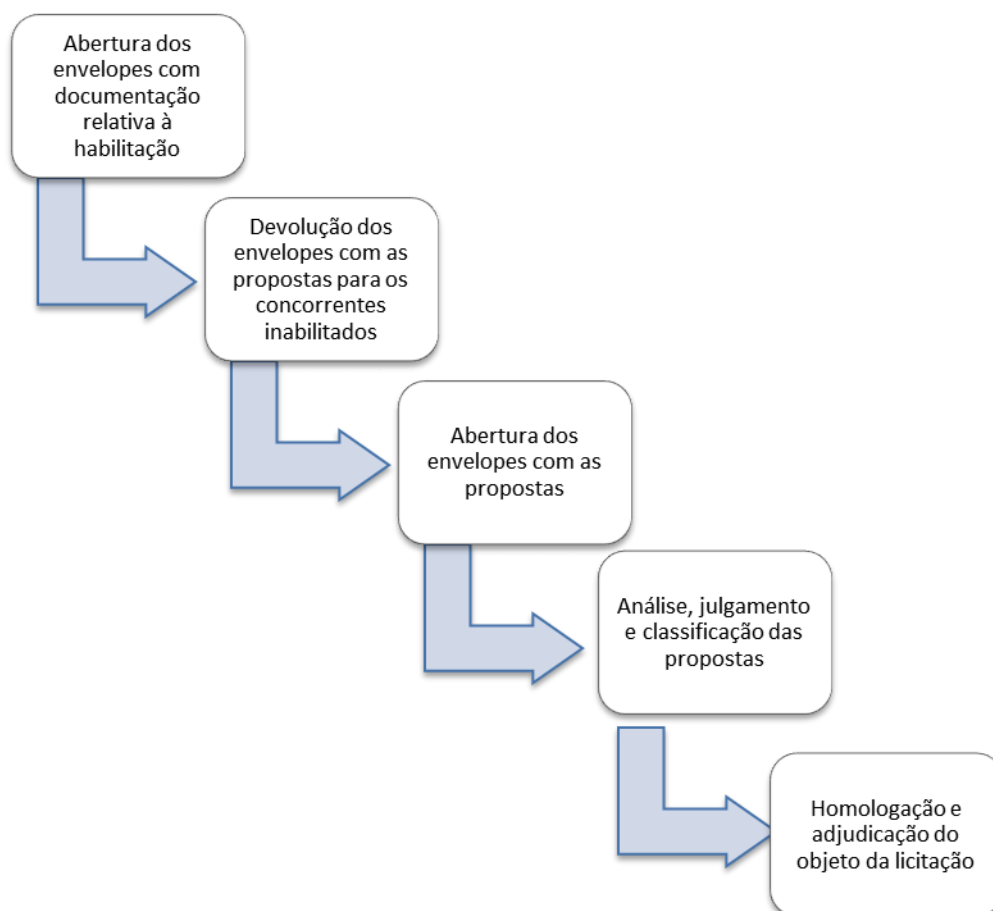


Figura 1: Procedimentos da licitação
Fonte: adaptado da Lei nº 8.666/93.

É importante ressaltar que a licitação é um ato público e, como tal, os acontecimentos devem ser de conhecimento de todos e registrados em ata, e todo processo deve ser pautado pelos critérios mais rigorosos de idoneidade, isonomia e transparência. Encerrada a fase de habilitação não cabe mais desistência de proposta e desclassificação de participante de itens relacionados à habilitação, salvo por fatos supervenientes.

2.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A qualificação econômico-financeira tem a finalidade de garantir que os participantes do processo licitatório serão capazes de cumprir as obrigações advindas do contrato. Justen Filho (2012) explica a importância de tal qualificação baseado no fato de que, com exceção de hipóteses que permitem pagamento antecipado, o fornecedor terá que executar o objeto do contrato com recursos próprios, pois só receberá pagamento após a prestação ser recebida e aprovada pela Administração Pública.

A Lei nº 8.666/93 estabelece, no art. 31, quais itens podem ser exigidos e apresentados:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Furtado (2013) explica que a Administração Pública irá determinar as exigências para qualificação econômico-financeira com base na legislação e de acordo com a complexidade e vulto do objeto a ser licitado. O autor afirma também que os limites de exigências estabelecidas na lei garantem a isonomia dos concorrentes ao não permitir o estabelecimento de condições arbitrárias. Afirma Justen Filho (2012) que não se pode esperar que a qualificação econômico-financeira para execução de uma hidrelétrica seja a mesma exigida para fornecimento de bens de pequeno valor.

A apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, depende do tipo de sociedade. Para as sociedades anônimas, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem ter sido registrados na Junta Comercial, publicados na imprensa oficial e em jornal de grande circulação. Já para as demais sociedades, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem constar nas páginas do Diário registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente, com os termos de abertura e encerramento. As Demonstrações devem estar assinados pelo contabilista responsável com registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e pelo proprietário da empresa. Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), pode ser aceito o balanço de abertura nos casos em que a empresa tiver iniciado as atividades no exercício em que está sendo realizada a licitação.

De acordo com Niebuhr (2012), as sociedades anônimas devem realizar Assembleia Geral Ordinária para aprovação das Demonstrações Financeiras até quatro meses após o término do exercício social, as sociedades limitadas também possuem quatro meses após o término do exercício para que os sócios aprovem o Balanço. Portanto, apenas após esse prazo o Balanço passa a ser exigível. A Lei de Licitações admite atualização dos valores do Balanço Patrimonial para a data da habilitação por meio de índices oficiais.

A certidão negativa de falência ou concordata também é uma das exigências legais para participação de licitações. Cabe ressaltar que a concordata foi substituída pela recuperação judicial ou extrajudicial, conforme Lei nº 11.101/2005.

Pode ser exigida no instrumento convocatório a garantia de participação, também chamada de garantia de proposta, no valor máximo de 1% do custo estimado da contratação. A garantia pode ser caução em dinheiro, títulos de dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária e é restituída ou liberada após a conclusão do

procedimento licitatório. Esse tipo de garantia não é devolvida nos casos em que o licitante não mantiver a sua proposta, o que configura o não cumprimento de obrigação assumida perante o poder público.

Já os indicadores contábeis devem ser tratados de forma objetiva e justificada, de modo que sejam proporcionais aos compromissos gerados pelo futuro contrato. Niebuhr (2012, p. 407) explica que “os índices contábeis prestam-se, pura e simplesmente, a apurar se os licitantes terão, no futuro, condições de cumprir o contrato.”

Pereira Júnior (2003, p. 373 e 374) reforça esse posicionamento ao afirmar que “os indicadores econômico-financeiros exigidos no ato convocatório terão de ser aqueles indispensáveis para aferir a capacidade financeira do habilitante em face aos compromissos pertinentes ao contrato que decorrerá da licitação”.

No que diz respeito à prestação de garantias, o art. 56 da Lei nº 8.666/93 trata das garantias que podem ser exigidas dos licitantes pela Administração Pública nas contratações de obras, serviços e compras. Segundo o artigo, as garantias que podem ser exigidas são as seguintes:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

A garantia exigida do licitante não pode ser superior a 5% do valor total do contrato, exceto em casos de obras de grande porte cuja complexidade esteja pautada em parecer técnico, nas quais o valor exigido pode chegar a 10% do valor do contrato. Essa garantia é liberada ao término da execução do contrato e, caso seja em dinheiro, é atualizada monetariamente.

Os requisitos referentes a Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo não são obrigatórios e só devem ser exigidos em licitações que envolvam compras para entrega futura ou execução de obras e serviços.

Referente ao art. 31, § 4º, da Lei nº 8.666/93, que trata da possibilidade de exigência de relação de compromissos, Justen Filho (2012, p. 484) afirma que:

A exigência de relação de compromisso apenas adquire utilidade quando tenha sido previsto patrimônio líquido mínimo. Objetiva verificar se os dados contábeis não estão prejudicados em função de atos supervenientes. Se o sujeito estiver obrigado a saldar dívidas ou inverter seus recursos para cumprir determinadas obrigações, haverá um comprometimento de suas disponibilidades.

2.5.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) é um sistema automatizado de informações de cadastro de fornecedores do Poder Executivo Federal e pode ser acessado pelo endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Foi instituído pela Instrução Normativa/ MARE nº 5, de 21 de julho de 1995, do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. É mantido por órgãos e entidades componentes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG). As normas para o funcionamento do SICAF estão na Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010, que sofreu inclusões e alterações com as Instruções Normativas nº 1 e nº 5 de 2012 e nº 4 de 2013.

O cadastramento no SICAF pode ser realizado em vários estados, nas diversas unidades cadastradoras. Seus níveis são: credenciamento, habilitação jurídica, regularidade fiscal federal, regularidade fiscal estadual e municipal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira. A Instrução Normativa nº 2 de 2010 apresenta como documentos necessários para validação do nível qualificação econômico-financeira:

Art. 19. O balanço patrimonial apresentado pelo empresário ou sociedade empresária, para fins de habilitação no SICAF, deve ser registrado na Junta Comercial.

§ 1º A Administração poderá exigir, para confrontação com o balanço patrimonial, as informações prestadas pelo interessado à Receita Federal do Brasil.

§ 2º As pessoas jurídicas, não previstas no caput deste artigo, deverão apresentar o balanço patrimonial com assinatura de seu representante legal e do contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

Nesse sistema, é feito o cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) de acordo com as informações prestadas referentes ao Balanço Patrimonial.

A empresa pode apresentar o certificado de registro cadastral para habilitação parcial nas licitações de órgãos e entidades que utilizam o SICAF em substituição a determinados documentos relacionados à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira. No caso da qualificação econômico-financeira, o registro no SICAF substitui o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício e a certidão negativa de falência ou concordata, se esta tiver sido cadastrada.

De acordo com Furtado (2013), a implantação do SICAF ajudou os órgãos públicos federais que realizam licitações, principalmente pelo fato dos documentos relativos à habilitação jurídica e fiscal ser apresentada no momento do cadastramento, tendo as empresas apenas que renová-las quando vencerem.

2.6 ORIENTAÇÕES E JURISPRUDÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União é o órgão de controle externo da Administração Pública Federal, direta e indireta, inclusive de fundações e sociedades instituídas e mantidas pela União. De acordo com Albuquerque, Medeiros e Feijó (2013), a principal atribuição do TCU é apreciar as contas do Presidente da República, como órgão auxiliar do Congresso Nacional. As funções dos Tribunais de Contas podem ser classificadas nas categorias: fiscalizadora, judicante, sancionadora, consultiva, informativa, corretiva, normativa, de ouvidoria e educativa.

Também é de sua competência o acompanhamento de editais de licitações, contratos, convênios, acordos e ajustes. Por esse motivo, o TCU já emitiu um grande número de decisões a respeito dos processos licitatórios, tendo uma vasta jurisprudência com orientações para a correta aplicação da legislação pertinente, inclusive no que se refere à qualificação econômico-financeira exigida nos instrumentos convocatórios.

O TCU publicou inclusive um livro intitulado “Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU”, que está em sua 4ª edição, contendo jurisprudência atualizada até fevereiro de 2010. A publicação também está disponível no Portal do Tribunal de Contas da União (www.tcu.gov.br), onde é disponibilizado uma

atualização da publicação de março de 2010 a maio de 2011. No Portal do Tribunal de Contas é possível ainda consultar os Informativos de Licitações e Contratos desde janeiro de 2010. Esses informativos são publicados semanalmente e apresentam as decisões da semana anterior das Câmaras e do Plenário do Tribunal a respeito de licitações e contratos. Cabe ressaltar que as decisões do TCU sobre a aplicação das normas gerais de licitação devem ser cumpridas pelos administradores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Realizou-se uma pesquisa das principais deliberações do TCU a respeito da qualificação econômico-financeira exigida em licitações nas fontes citadas anteriormente e os principais pontos das decisões encontradas referentes ao tema foram organizadas em tópicos, excluindo-se decisões que tratavam dos mesmos aspectos.

2.6.1 Capital Social e Patrimônio Líquido

- Não se pode considerar *know how* (experiência, conhecimento e capacidade técnico-operacional de sócio) utilizado para integralização de Capital Social para comprovação de Capital Social mínimo exigido no edital (Acórdão 2014/2007 - Plenário).
- Pode-se exigir Capital Social proporcional ao total do contrato no qual o objeto será executado em mais de um exercício (Acórdão 1105/2007 - Plenário).
- Não se deve exigir Capital Social devidamente integralizado (Acórdão 170/2007 - Plenário).
- Não pode haver exigência de Capital Social ou Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação (Acórdão 653/2007 - Plenário).
- Não se deve exigir comprovação do Patrimônio Líquido de forma cumulativa nos casos de empresas interessadas em mais de um lote (Acórdão 484/2007 - Plenário).
Observação: isso se aplica nos casos em que o objeto da licitação estiver dividido em vários lotes, como costuma acontecer em licitação para construção de várias obras semelhantes em diferentes cidades.
- O valor mínimo de Capital Social ou Patrimônio Líquido deve ser proporcional ao valor estimado para 12 meses, mesmo que o prazo do contrato seja maior (Acórdão 1335/2010 – Plenário).

2.6.2 Indicadores Contábeis

- Não se pode utilizar índices contábeis que não sejam usualmente adotados para avaliação da situação financeira (Acórdão 170/2007 - Plenário).
- Deve-se justificar os índices previstos no edital no processo administrativo da licitação (Acórdão 2882/2008 - Plenário).
- Os índices constantes nos requisitos para qualificação econômico-financeira devem ser razoáveis e estarem em conformidade com o vulto da obra ou serviço que está sendo licitado (Acórdão 1917/2003 - Plenário).
- Não se deve utilizar índices contábeis em patamares excessivos (Acórdão 6613/2009 - Primeira Câmara).
- Os índices contábeis podem ser utilizados como parâmetro de qualificação econômico-financeira de licitantes, mas a exigência quanto aos seus valores mínimos deve ter fundamentação que envolva aspectos contábeis, econômicos e financeiros, realidade de mercado e natureza do objeto licitado (Acórdão 4606/2010 – 2ª Câmara).
- Não é uma exigência que seja estabelecido em edital a possibilidade dos licitantes que apresentarem índices contábeis inferiores ou iguais a 1,00 comprovarem sua habilitação por meio de Capital ou Patrimônio Líquido mínimo ou prestação de garantia (Acórdão 5900/2010 – 2ª Câmara).
- Quando o edital exigir índices mínimos de liquidez diferentes dos valores utilizados na Administração Pública (próximos a 1,00), deve-se demonstrar detalhadamente a motivação da exigência, inclusive por meio de estudo da realidade das empresas que seriam interessadas em potencial a participar da licitação (Acórdão 3133/2010 – Plenário).
- “Por conseguinte, votou o relator por que se recomendasse à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MP) que incorpore à IN/MP 2/2008 regra que estabeleça como condição de habilitação econômico-financeira para a contratação de serviços continuados os seguintes índices: a) Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação; b) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação; e c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de

abertura da licitação. Esta fração deverá ser comprovada por meio de declaração, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, e se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença” (Acórdão 1214/2013). Observação: Reproduzido na íntegra para melhor compreensão do contexto da decisão.

- A exigência de endividamento total igual ou inferior a 0,6 é legal, desde que tenha a devida justificativa no processo (Acórdão 628/2014 – Plenário).
- A exigência de índices de liquidez como única exigência quanto à qualificação econômico-financeira pode fazer com que a empresa vencedora não tenha condições ideais para execução do contrato em licitações de grande porte (Acórdão 647/2014 – Plenário).
- A exigência de valores mínimos de índices contábeis sem a permissão de que empresas com índices abaixo dos valores exigidos possam demonstrar sua capacidade por meio de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo gera uma restrição à competitividade desnecessária (Acórdão 1188/2011 – Plenário).
- A exigência de índices de liquidez deve ser razoável e proporcional ao objeto da contratação (Acórdão 326/2010 – Plenário).
- Deve-se observar os valores usais de índices de liquidez previstos na IN-MARE 05/1995 (Acórdão 8044/2010 – Primeira Câmara).

2.6.3 Demonstrações Contábeis

- O edital não pode exigir Balanço Patrimonial do próprio exercício (Acórdão 1522/2006 - Plenário).
- A Administração Pública deve abster-se de exigir Balanços referentes a exercícios sociais anteriores ao último (Acórdão 354/ 2008 - Plenário).
- O órgão licitante deve colocar no edital a obrigação de apresentação de Notas Explicativas quando estas tiverem sido emitidas (Acórdão 1544/2008 - Primeira Câmara).
- Exigência de Balanço Patrimonial de exercício imediatamente anterior em licitação realizada em mês anterior ao do prazo final fixado em lei para apresentação de Balanço Patrimonial de exercício anterior está em desacordo com a lei e é desmedida (Acórdão 2669/2013 – Plenário).

- Para as licitações cuja abertura de propostas ocorra após 30 de abril, os Demonstrativos Contábeis do exercício imediatamente anterior já são exigíveis, conforme estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, mesmo que o prazo para transmissão da escrituração contábil digital seja até junho (Acórdão 1999/2014 – Plenário).

2.6.4 Garantia de Proposta

- A Administração Pública deve abster-se de solicitar apresentação de garantia de proposta em data anterior à data da entrega da documentação de habilitação econômico-financeira (Acórdão 2993/ 2009 - Plenário).
- Não deve haver exigência simultânea de Capital Social mínimo e de garantia de proposta (Acórdão 2993/2009 - Plenário).

2.6.5 Outros

- Abster-se de prever participação de pessoas físicas na licitação devido à dificuldade de avaliar de forma adequada e objetiva sua qualificação econômico-financeira (Acórdão 1733/2008 - Plenário).
- Deve-se avaliar a viabilidade de exigir no edital proteção contra variação cambial – *hedge cambial* – nos casos em que o objeto tiver vinculação forte com o câmbio (Acórdão 87/2008 - Plenário).
- Não é ilegal exigência de compromissos assumidos, calculada em função do Patrimônio Líquido atualizado (Acórdão 2247/2011 – Plenário).
- Não se deve exigir certidão negativa de falência ou concordata dos sócios da empresa interessada, já que essa certidão só é fornecida para pessoa jurídica, nem certidão negativa de execução patrimonial dos sócios, já que essa certidão só deve ser exigida em contratações de pessoa física (Acórdão 1265/2010 – Plenário).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Do ponto de vista da natureza, a presente pesquisa é aplicada, pois possui uma finalidade e uma aplicação prática, à medida que visa analisar se os requisitos utilizados para qualificação econômico-financeira das empresas participantes de licitações são suficientes para determinar a real situação financeira de tais empresas ou não e o motivo de tal conclusão. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos”.

A abordagem do problema é qualitativa. Conforme explicam Sampieri, Collado e Lúcio (2006), a abordagem qualitativa utiliza dados que não envolvem medição numérica para responder à questão da pesquisa. Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, já que conta com levantamento bibliográfico, pesquisa da legislação aplicável e mapeamento da jurisprudência do TCU relacionada ao assunto. Além disso, ela também é descritiva, pois inclui coleta de dados e análise de suas características.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, pois fundamenta-se em materiais publicados. De acordo com Raupp e Beuren (2006, p. 87):

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada.

A pesquisa é também documental, já que utiliza materiais que não receberam tratamento analítico, como os editais e convites das licitações pesquisados na *internet*.

Este estudo documental constitui-se por meio da investigação em instrumentos convocatórios de licitações das modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite publicados em 2013 pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

A escolha das instituições cujos editais e convites foram pesquisados justifica-se por pertencerem ao segmento de atuação da instituição em que a autora trabalha.

Os dados (instrumentos convocatórios) foram coletados no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de consulta dos avisos de licitações de cada instituição. Para a consulta, foram utilizadas as seguintes Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASGs):

INSTITUIÇÕES	UASG
Instituto Federal do Paraná	158009
Universidade Federal do Paraná	153079
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	150148
	150149
	150150
	150150
	153019

Quadro 9: Consulta para coleta de dados
Fonte: a autora (2014).

Após a coleta dos instrumentos convocatórios de tais instituições, foram extraídas as informações pertinentes às exigências para qualificação econômico-financeira dos processos licitatórios e foram elaboradas planilhas relacionando quais requisitos são exigidos em cada instrumento convocatório, as quais constam nos Apêndices.

Depois da elaboração das planilhas com a relação dos dados coletados dos instrumentos convocatórios, os mesmos foram analisados para atingir os objetivos propostos. Avaliou-se se os requisitos para qualificação econômico-financeira elaborados por cada instituição está de acordo ou não com a legislação (Lei nº 8.666/93) e com a jurisprudência e orientações do TCU e se os requisitos são suficientes para analisar a real situação financeira das empresas participantes das licitações.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se que a primeira limitação refere-se à delimitação da amostra às principais instituições federais de ensino do Paraná – IFPR, UFPR e UTFPR. A segunda limitação refere-se à coleta dos dados, que limitou-se à coleta de instrumentos convocatórios de tais instituições disponibilizados no Portal de Compras do Governo Federal.

Outra limitação consiste no fato de que o estudo buscou identificar a qualidade dos requisitos para qualificação econômico-financeira e analisá-la de forma crítica, demonstrando quais as falhas das exigências encontradas e quais os métodos mais

eficazes para avaliação da situação financeira das empresas, embora nem todos possam ser utilizados por não haver previsão legal para o uso dos mesmos.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentadas a descrição e a análise dos resultados. Inicialmente, apresentam-se as instituições que serviram de base para a pesquisa dos convites e editais. Posteriormente, mostra-se quais são os requisitos exigidos para qualificação econômico-financeira de licitantes por cada instituição, compara-se tais requisitos com as exigências legais e jurisprudência do TCU e é feita a análise crítica dos requisitos para verificar a situação financeira das empresas participantes das licitações.

4.1 APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi criada em 1912, sendo a universidade mais antiga do país. Oferece cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Sua missão é “fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável”. De acordo com o *site* da UFPR, a universidade possui campus em Curitiba (I - Juvevê; II - Reitoria, Setor de Ciências da Saúde, Hospital das Clínicas, Centro de Visão e Departamento de Artes; III - Centro Politécnico, Jardim Botânico, Setor de Educação Profissional e Tecnológica), em Pontal do Paraná, Matinhos, Palotina e Jandaia do Sul.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é uma instituição que foi transformada a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR) em 2005. Sua missão é “desenvolver a educação tecnológica de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética, sustentável, produtiva e inovadora com a comunidade para o avanço do conhecimento e da sociedade”. Oferece cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, além de cursos técnicos de nível médio integrado e subsequentes. Também são ofertados cursos de especialização, mestrado e doutorado. De acordo com o *site* da UTFPR, a universidade possui 12 campi distribuídos pelo estado do Paraná:

Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição de ensino criada em 2008 e que foi transformado a partir da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR). O instituto é voltado para a educação superior, básica e profissional nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Sua missão é “promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade.” De acordo com o *site* do IFPR, a instituição possui 21 campi distribuídos pelo estado do Paraná e conta com mais 5 campi avançados.

4.2 DADOS COLETADOS

Foram analisados 105 instrumentos convocatórios, incluindo 16 convites, 56 editais de Tomada de Preços e 33 editais de Concorrência. Dos 105 instrumentos convocatórios, 54 referem-se a UFPR, 38 a UTFPR e 13 ao IFPR, conforme demonstrado no Gráfico 1.

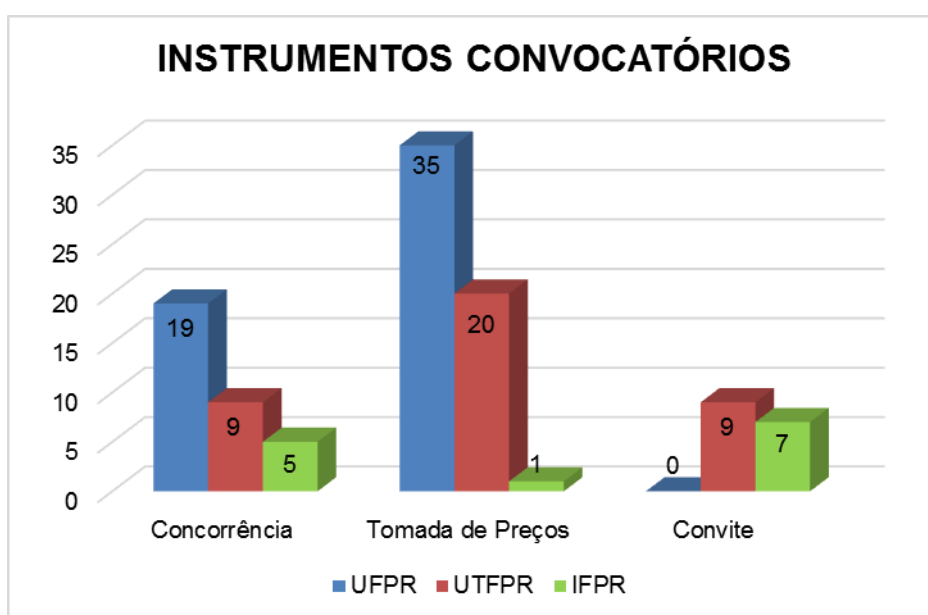


Gráfico 1: Instrumentos convocatórios coletados
Fonte: a autora (2014).

Os objetos das licitações analisadas consistem em sua maioria em contratação de empresas para prestação de serviços especializados ou para execução de obras. Algumas Concorrências possuem como objeto a concessão de uso para exploração comercial de cantina e concessão de uso para exploração comercial de serviços de reprografia. Foi encontrado apenas um objeto referente à aquisição de bens, que no caso se tratava de aquisição de plataforma elevatória.

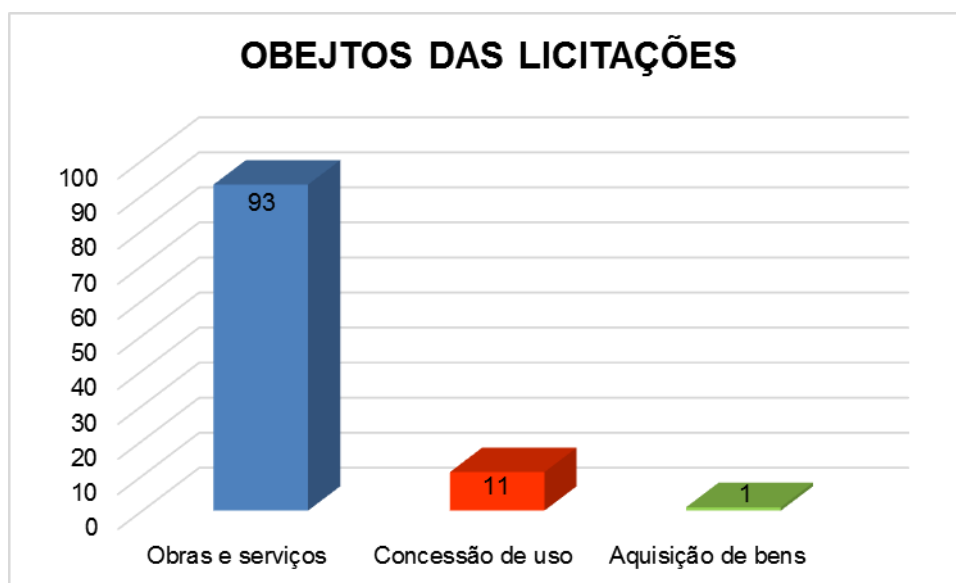


Gráfico 2: Objetos das licitações
Fonte: a autora (2014).

Quanto aos tipos de licitações, a maioria consiste em licitações do tipo Menor Preço. Foram encontradas também licitações dos tipos Técnica e Preço e Maior Lance, sendo esse último tipo utilizado para as licitações que possuíam como objeto a concessão de uso para exploração comercial de cantina e concessão de uso para exploração comercial de serviços de reprografia.

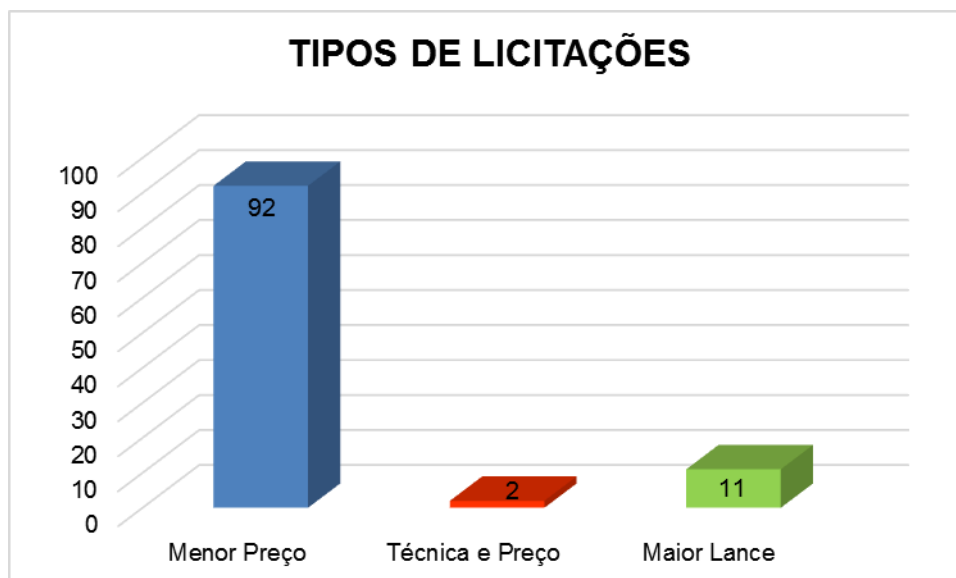


Gráfico 3: Tipos de licitações
Fonte: a autora (2014).

No que se refere aos valores estimados para contratação, o menor valor encontrado foi de R\$ 16.887,12, referente a Tomada de Preços da UTFPR para contratação de empresa especializada para execução de cisterna e bomba submersa. Já o maior valor total estimado foi o de R\$ 43.394.599,56, referente a uma Concorrência do IFPR para contratação de empresa especializada para execução de fase final da construção de blocos administrativos/ didáticos em 18 cidades (divididos em 18 lotes).

4.3 ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis

As Demonstração Contábeis apresentam a posição financeira e patrimonial da empresa em dado momento, sendo uma importante fonte de informações para qualificação econômico-financeira dos interessados em participar das licitações. O Balanço Patrimonial, em especial, é uma demonstração de grande relevância e de grande utilidade para avaliação da situação da empresa. Mostra como os recursos são aplicados pela empresa, quais são suas obrigações e exigibilidades e ainda

evidencia os recursos próprios. Apresenta os elementos do Ativo e Passivo divididos em curto e longo prazo conforme suas datas de vencimento, o que permite avaliar a situação financeira da empresa nesses espaços de tempo. Por esse motivo, a exigência do Balanço Patrimonial é fundamental e indispensável para que se possa avaliar a qualificação econômico-financeira de uma empresa, pois, como Assaf Neto (2012, p. 57) justifica:

(...) pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômico e financeira de uma empresa.

Quanto à análise dos dados coletados, todos os editais da UFPR exigem Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social. Dos 13 instrumentos convocatórios do IFPR, quatro fazem essa mesma exigência. Já em relação aos instrumentos convocatórios da UTFPR, 58% exigem apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social.

Um ponto positivo em relação a boa parte dos instrumentos convocatórios da UTFPR e do IFPR é que os mesmos trazem a explicação do que é considerado Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis na forma da lei. Como exemplo, segue o texto extraído do Edital 01/2013 – Concorrência Pública, da UTFPR Francisco Beltrão, disponível no Portal de Compras do Governo Federal:

- a.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - a.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
 - publicados em Diário Oficial; ou
 - publicados em jornal de grande circulação; ou
 - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
 - a.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
 - por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
 - por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - a.1.3) sociedade criada no exercício em curso:
 - fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - a.1.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Notou-se que em todos os editais que traziam explicações a respeito da apresentação das Demonstrações Contábeis, apenas era citada a Lei nº 6.404/1976, não tendo sido feita menção a sua alteração feita pela Lei nº 11.638/2007.

Três convites da UTFPR, 01/2013, 02/2013 e 03/2013 (Curitiba), exigem a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, porém citam o ano de 2008: “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2008), já exigíveis e apresentados na forma da lei”. Como se tratam de convites referentes ao ano de 2013 e o recebimento das propostas do primeiro convite ocorreu somente no final do mês de junho de 2013, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem ser referentes ao ano de 2012, o que evidencia um provável erro de digitação nesses editais.

Em 16 instrumentos convocatórios da UTFPR não consta na lista de requisitos para qualificação econômico-financeira a necessidade de apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis. Porém, como esses convites exigem a comprovação de índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral iguais ou maiores que 1 (um), entende-se que os licitantes devem apresentar ao menos o Balanço Patrimonial para comprovar que atendem a tais exigências. Essa mesma situação ocorre com dois editais do IFPR para licitação de concessão de espaço físico para exploração de cantina. Seria interessante que constasse de forma clara a necessidade de apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis do último exercício social exigíveis e apresentados na forma da lei, a fim de que não haja dúvida para os interessados de quais e como as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas. Além disso, isso traria maior transparência e clareza aos instrumentos convocatórios.

Quanto ao IFPR, nove instrumentos convocatórios, dos 13 analisados, exigem que seja apresentado o registro no SICAF ou documentação que o supra, mas não são especificados quais documentos devem ser apresentados. Novamente, o ideal seria que os instrumentos convocatórios definissem de forma objetiva quais e de que foram os documentos devem ser apresentados.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
Instituição	Exigem BP e DFs do último exercício social	Não citam exigência do BP e DFs do último exercício social
UFPR	54 (100%)	-
UTFPR	21 (58%)	16 (42%)
IFPR	4 (31%)	9 (69%)

Quadro 10: Exigências referentes às Demonstrações Contábeis
Fonte: a autora (2014).

Apenas um edital da UFPR cita que é permitido que o Balanço Patrimonial encerrado há mais de três meses seja atualizado pelo IGPM. Também há 18 instrumentos convocatórios da UTFPR e 4 editais do IFPR que deixam claro que é permitido que as Demonstrações Contábeis encerradas há mais de três meses possam ser atualizadas por meio do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna – IGP-DI, que é publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por meio de outro índice que o venha a substituir. Já em 98% editais da UFPR, 53% da UTFPR e 69% do IFPR não há informação a respeito da possibilidade de atualização de Balanço Patrimonial encerrado há mais de três meses através de índices oficiais.

A atualização das Demonstrações Contábeis por meio de índices oficiais pode alterar o valor dos índices apresentados pelas empresas e fazer com que as mesmas passem a atender o valor mínimo exigido para os mesmos. Entretanto, a atualização monetária faria mais sentido se o cenário fosse de inflação elevada que acarretasse distorções significativas nos valores apresentados.

ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL		
Instituição	Cita que o BP pode ser atualizado	Não cita se o BP pode ser atualizado
UFPR	1 (2%)	53 (98%)
UTFPR	18 (47%)	20 (53%)
IFPR	4 (31%)	9 (69%)

Quadro 11: Possibilidade de atualização do Balanço Patrimonial
Fonte: a autora (2014).

Em todos os editais da UFPR, em 42% dos editais da UTFPR e em 77% dos editais do IFPR não consta se as sociedades criadas no exercício em curso podem utilizar o Balanço Patrimonial de abertura. Já em 58% dos instrumentos convocatórios da UTFPR e em 23% dos editais do IFPR essa possibilidade está explícita.

Como a lei não determina um prazo mínimo de existência da empresa para que ela possa participar de licitações, seria importante que constasse em todos os instrumentos convocatórios a possibilidade de apresentação do Balanço Patrimonial de abertura.

BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA		
Instituição	Permitem que as sociedades criadas no exercício apresentem BP de abertura	Não citam se as sociedades criadas no exercício podem apresentar BP de abertura
UFPR	-	54 (100%)
UTFPR	22 (58%)	16 (42%)
IFPR	3 (23%)	10 (77%)

Quadro 12: Possibilidade de entregar Balanço Patrimonial de abertura
Fonte: a autora (2014).

4.3.2 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/ Extrajudicial

Todos os instrumentos convocatórios da UFPR e da UTFPR exigem a apresentação de Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Quanto ao IFPR, seis editais exigem a apresentação dessa certidão, enquanto sete convites exigem que seja apresentado o registro no SICAF ou documentação que o supra, sem especificar a documentação.

Nos editais que citam a concordata, supõe-se a interpretação da mesma como recuperação judicial e extrajudicial previstas na Lei nº 11.101/05. A exigência dessa certidão tem como objetivo informar a Administração Pública que a empresa não está em condição de falência ou recuperação judicial/ extrajudicial, o que poderia aumentar a probabilidade dessa empresa não conseguir cumprir com as obrigações decorrentes do contrato.

CERTIDÃO NEGATIVA FALÊNCIA/ RECUPERAÇÃO JUDICIAL		
Instituição	Exigem a certidão negativa	Não citam a exigência da certidão negativa
UFPR	54 (100%)	-
UTFPR	38 (100%)	-
IFPR	6 (46%)	7 (54%)

Quadro 13: Exigência de Certidão Negativa de Falência/ Recuperação Judicial
Fonte: a autora (2014).

4.3.3 Indicadores contábeis

A Lei nº 8.666/93 permite que sejam exigidos índices que demonstrem a capacidade financeira do licitante em relação aos compromissos que terá que assumir caso este seja vencedor, entretanto não especifica quais índices devem ser utilizados. Ressalta-se que não é permitido exigir valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou de lucratividade.

Conforme bem define Matarazzo (2003), os índices são relações entre contas ou grupos das demonstrações contábeis que permitem construir a avaliação da empresa. Nos instrumentos convocatórios, observou-se a exigência de índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral, que são justamente os índices calculados quando as empresas se cadastram no SICAF, isso porque todas as instituições analisadas, como órgãos federais, permitem a utilização do registro no SICAF para fins de habilitação parcial. Para o cálculo de tais índices, são utilizadas as fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Todos os editais da UFPR e dois editais do IFPR exigem índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maior que 1 (um) e não citam se a Comissão de Licitação fará os cálculos se eles não forem apresentados. Dois editais da UTFPR e dois editais do IFPR exigem índices maiores que 1 (um) e citam que a Comissão de Licitação fará os cálculos caso esses não sejam apresentados. O índice de solvência geral também é uma ferramenta importante para análise da situação dos licitantes à medida que demonstra se a empresa oferece a garantia de dispor de ativos suficientes para pagar todas as suas dívidas

Em 20 instrumentos convocatórios da UTFPR e em 2 editais do IFPR há exigência de índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral iguais ou superiores a 1 (um), ou seja, diferenciam-se por permitirem o valor igual a 1 (um) para os índices. Não há informação se a Comissão de Licitação fará os cálculos dos índices, caso os mesmos não sejam apresentados.

Já 16 instrumentos convocatórios da UTFPR não mencionam exigências quanto aos índices, apenas citam que devem ser apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis que comprovem a boa situação financeira da empresa, não especificando de que forma essa situação financeira será avaliada. Isso pode gerar dúvidas tanto para a Comissão de Licitação quanto para os licitantes e demonstra falta de clareza e objetividade na definição dos critérios.

Quanto ao IFPR, sete convites exigem que seja apresentado o registro no SICAF ou documentação que o supra, mas não especificam os documentos, o que também pode gerar problemas.

É preciso cautela quanto à exigência de valores mínimos de índices contábeis, pois muitas vezes as empresas podem estar em fase de expansão, fazendo investimentos, o que provavelmente impactará em seus índices já que tais ações muitas vezes são financiados com capitais de terceiros. Isso não significa necessariamente que a empresa não tem condições de cumprir com todas as suas obrigações, já que provavelmente o valor investido será convertido em melhores resultados futuros da organização. Por esse motivo, muitos editais apresentam alternativas para que as empresas que não satisfaçam as exigências quanto aos valores mínimos dos índices demonstrem sua capacidade financeira de outra forma. Outro fator que influencia os índices é o próprio segmento de atuação da empresa, por isso é necessário avaliar cada caso em particular de acordo com o objeto da licitação.

INDICADORES CONTÁBEIS			
Instituição	Índices maiores que 1	Índices iguais ou maiores que 1	Não mencionam índices
UFPR	54 (100%)	-	-
UTFPR	2 (5%)	20 (53%)	16 (42%)
IFPR	4 (31%)	2 (15%)	7 (54%)

Quadro 14: Exigência de valor mínimos de índices
Fonte: a autora (2014).

4.3.4 Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo

Quatro editais da UTFPR exigem que as empresas possuam Capital Social mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação. Já 44 editais da UFPR exigem que as empresas tenham Capital Social mínimo integralizado de 10% do valor estimado. E dois editais do IFPR exigem Patrimônio Líquido de no mínimo 10% do valor da proposta.

Dos instrumentos convocatórios da UTFPR, 16 exigem a que as empresas que apresentem qualquer índice igual ou inferior a 1 (um) apresentem Capital Social mínimo igual a 10% do valor estimado. Entretanto os convites 04/2013 e 05/2013 (Toledo), que exigem Capital Social mínimo de 10% do valor estimado, colocam como valor mínimo R\$ 3.275,22, que corresponde a 10% do valor estimado do convite 03/2013 (Toledo), o que pode indicar um descuido na hora de utilizar convites anteriores como base para elaboração dos convites seguintes, esquecendo-se de alterar valores, o que pode ter vindo a ocasionar questionamentos por parte dos interessados. A mesma situação acontece com o convite 03/2013 (Apucarana), que exige Capital Social mínimo de 10% do valor estimado e fixa o valor de R\$ 20.093,02, o qual corresponde a 10% do valor estimado do convite 02/2013 (Apucarana).

Dois editais da UFPR exigem que as empresas que apresentem qualquer índice igual ou menor que 1 (um) tenham Capital Social integralizado ou Patrimônio Líquido mínimo igual a 10% do valor estimado e um edital do IFPR exige que as empresas que apresentem qualquer índice igual ou menor que 1 (um) tenham Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo igual a 10% do valor estimado. Já outros três editais do IFPR exigem que as empresas que apresentem qualquer índice igual ou menor que 1 (um) tenham Capital Social mínimo igual a 10%, porém não especificam em relação a qual valor, se valor estimado da contratação ou valor da proposta vencedora, o que pode gerar dúvidas.

Dois editais da UTFPR exigem Patrimônio Líquido de no mínimo 10% do valor estimado caso algum índice seja igual ou inferior a 1 (um). Já outros dois editais da UTFPR fazem essa exigência apenas quando algum índice for inferior a 1 (um).

Um edital da UTFPR exige Capital Social mínimo correspondente a 5% do valor estimado da contratação. Também há dois editais da UFPR que exigem Capital Social integralizado ou Patrimônio Líquido mínimo de 5% do valor do termo de

concessão de uso caso algum índice seja igual ou menor que 1 (um). Apenas um edital da UTFPR estipula valor mínimo de Capital Social mínimo bem inferior a 5% do valor estimado.

Já 12 instrumentos convocatórios da UTFPR, 6 editais da UFPR e 7 convites do IFPR não estipulam valor mínimo de Capital Social ou Patrimônio Líquido.

Um ponto positivo é que uma grande parte dos instrumentos convocatórios analisados apresenta como alternativa para as empresas que não atendam aos valores mínimos exigidos para os índices a possibilidade de apresentar um valor mínimo de Capital Social ou Patrimônio Líquido em relação ao valor da proposta ou ao valor estimado da contratação.

Deve-se dar preferência pela exigência de Patrimônio Líquido mínimo a Capital Social mínimo, pois segundo Justen Filho (2012) a análise do Ativo e Passivo que leva ao Patrimônio Líquido é que fornece informações sobre a disponibilidade de recursos.

Com o tempo, os valores econômicos de que a sociedade é titular podem coincidir com o valor monetário do seu capital social, mas isso é hipótese quase impossível. (...) O capital social pode ser elevadíssimo e a sociedade encontrar-se insolvente. Basta que a atividade empresarial tenha sido infrutífera e as perdas tenham superado as receitas. Por isso, o valor do capital social não fornece qualquer dado seguro acerca da situação econômica da sociedade. Não é índice objetivo de qualificação econômico financeira (JUSTEN FILHO, 2012, P.549).

Ressalta-se que aproximadamente 89% dos editais da UFPR citam exigência quanto ao Capital Social integralizado, entretanto conforme Acórdão 170/2007 do TCU não se deve exigir que o Capital Social esteja devidamente integralizado.

Ainda, cabe ressaltar que a existência de Capital Social elevado não significa necessariamente que a empresa possua uma boa situação financeira. Até mesmo uma empresa com um Patrimônio Líquido elevado, dependendo do grau de imobilização do seu Patrimônio Líquido, pode ter problemas com capital de giro, o que pode vir a causar problemas quanto à execução do objeto da contratação.

4.3.5 SICAF

Todos os instrumentos convocatórios da UTFPR e do IFPR e 52 editais da UFPR permitem a utilização do registro no SICAF para fins de habilitação parcial. Já

em dois editais da UFPR, o registro no SICAF é obrigatório para poder participar da licitação, conforme o que cita o Edital 09/2013 – Concorrência da UFPR disponível no Portal de Compras do Governo Federal:

Poderão participar desta licitação as empresas que estiverem credenciadas e com a documentação atualizada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), devidamente regularizadas (vigente) e com a documentação atualizada.

4.3.6 Garantia contratual

Trinta editais da UTFPR exigem que seja prestada garantia contratual no valor correspondente a 5% do valor do contrato. Já 46 editais da UFPR exigem garantia no valor de 5% da proposta vencedora, sendo que essa última exigência também aparece em dois editais do IFPR. Oito instrumentos convocatórios da UTFPR não exigem nenhuma garantia contratual, assim como oito editais da UFPR e onze instrumentos convocatórios do IFPR.

GARANTIA CONTRATUAL		
Instituição	5% do valor do contrato	Não exigem garantia
UFPR	46 (85%)	8 (15%)
UTFPR	30 (79%)	8 (21%)
IFPR	2 (15%)	11 (85%)

Quadro 15: Exigência de garantia contratual

Fonte: a autora (2014).

4.3.7 Observações

Em nenhum instrumento convocatório observou-se exigência de garantia de participação nem de relação de compromissos. A garantia de participação atualmente é pouco utilizada, pois conforme explica Justen Filho (2012), a exigência de garantia para habilitação de licitantes causava restrição à participação de interessados e não acrescentava benefícios para a Administração Pública.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo apresenta as conclusões da pesquisa e as recomendações para estudos futuros.

5.1 CONCLUSÕES

O estudo teve como objetivo analisar quais foram os requisitos utilizados pelas principais instituições federais de ensino do Paraná para qualificação econômico-financeira dos licitantes. Para tanto, foi realizada análise documental dos instrumentos convocatórios do ano de 2013 disponibilizados na página do Portal de Compras do Governo Federal.

A pesquisa permitiu inferir que muitos instrumentos convocatórios não esclarecem quais documentos devem ser apresentados para habilitação quanto à qualificação econômico-financeira, e muitos não deixam claro sequer a necessidade da apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis do último exercício social. A utilização de editais anteriores como base para elaboração dos editais seguintes também exige maior atenção a fim de evitar o esquecimento de alteração de valores e datas.

Para uma análise mais profunda e fundamentada da situação das entidades, seria interessante utilizar as Demonstrações Contábeis de no mínimo três exercícios a fim de se comparar e verificar a evolução das contas da empresa, entretanto de acordo com a Lei nº 8.666/93 e orientação do TCU, não se pode exigir para fins de qualificação econômico-financeira de empresas Demonstrações Contábeis de outros períodos que não sejam o último exercício social, o que acarreta uma limitação da análise da situação financeira dos licitantes, já que em um exercício social pode ter ocorrido um fato atípico que impactou as demonstrações da empresa, entretanto que não irá se repetir no período corrente ou nos próximos exercícios.

Muitos instrumentos convocatórios exigem que as empresas apresentem índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral no mínimo iguais a 1 (um) mesmo para contratos cujos valores não são tão expressivos, sem levar em

consideração aspectos que podem fazer com que empresas com boas condições financeiras não atendam a tais requisitos, como é o caso de empresas que estão em projeto de expansão ou investimentos. Entretanto, a adoção de índices é uma forma objetiva e que facilita a avaliação da situação financeira das empresas.

Para que houvesse uma análise mais aprimorada das reais condições econômico-financeiras das empresas participantes de processos licitatórios, recomenda-se a análise do capital de giro. O capital de giro está diretamente relacionado às operações que afetam o cotidiano da empresa, impactando no fluxo de caixa. A gestão inadequada do fluxo de caixa pode culminar na insolvência da empresa, por isso sua administração é essencial para a manutenção da liquidez da entidade. A maneira como a entidade administra seu capital de giro revela em parte como transcorrem as suas atividades operacionais no que se refere a caixa, contas a receber, estoque, entre outras contas.

Também notou-se que um grande número de instrumentos convocatórios exige Capital Social mínimo para comprovação da boa situação financeira da empresa. Todavia, seria mais coerente a exigência de Patrimônio Líquido mínimo conforme observado em alguns editais, já que o Patrimônio Líquido reflete também os resultados obtidos pela empresa. Além disso, uma empresa pode ter um Capital Social elevado e ter um Patrimônio Líquido Negativo. Embora esses instrumentos possam fazer tal exigência amparados pela lei, já que possuem como objeto a execução de obras ou serviços, esse requisito não é garantia que a empresa possui uma boa situação financeira.

A maioria dos instrumentos convocatórios exige prestação de garantia contratual, o que é um aspecto positivo já que visa evitar prejuízos à Administração Pública, que poderá utilizar o valor garantido caso a empresa vencedora não cumpra alguma condição estabelecida em contrato e ainda pode ser utilizado para pagamento de multas que sejam aplicadas à empresa.

O estabelecimento de requisitos adequados para a correta qualificação econômico-financeira das empresas que participam das licitações reveste-se de grande importância para os órgãos públicos, pois através da análise da situação financeira da empresa, e constatando-se que essa apresenta uma boa situação, pode-se ter uma maior garantia que a empresa vencedora da licitação conseguirá cumprir com a totalidade da execução do objeto da contratação. Isso se deve, em parte, pelo fato de que as empresas precisam dispor de recursos próprios para

execução do contrato, pois os pagamentos, salvo exceções, são feitos após a entrega do objeto, ou parte deste, e da aprovação por parte da Administração Pública.

A falta de recursos pode acarretar em uma insatisfatória execução do objeto da contratação e na falta de condições para acarretar com as sanções, que incluem multas previstas em contrato. Uma empresa com situação financeira ruim pode descontinuar a prestação dos serviços ou fornecimento de bens, o que causa graves transtornos à Administração, que necessita rescindir o contrato em questão e fazer uma nova licitação, o que demanda um tempo razoável até que o novo processo seja finalizado. A situação é ainda mais grave quando envolve bens ou serviços imprescindíveis à prestação de serviços públicos para atender as necessidades básicas da população.

As condições para a qualificação-econômico financeira devem ser condizentes com o valor estimado do objeto da licitação. Por isso, para cada licitação deve ser analisado o que realmente é necessário exigir para comprovar a boa situação financeira da empresa, a fim de não serem estabelecidos requisitos exagerados, que além de desnecessários em vista do valor da contratação só irão restringir a competitividade e com isso prejudicar a escolha da melhor proposta.

A limitação do que pode ser exigido para fins de qualificação econômico-financeira além de salvaguardarem os interesses da Administração Pública à medida que pretendem garantir que as empresas possuam condições de honrar com os contratos assumidos, também é uma forma de proteção do interesse dos próprios licitantes, já que exigências descabidas poderiam direcionar o rumo da licitação com a finalidade de privilegiar determinado participante.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

Considerando-se as limitações da pesquisa, são apresentadas recomendações para estudos futuros a respeito do tema:

- Realizar pesquisa envolvendo maior número de instituições federais, incluindo instituições situadas em outros estados;
- Aplicar questionários aos membros de Comissões de Licitações para identificar a percepção destes a respeito da importância da qualificação econômico-financeira; e

- Realizar estudo de caso de empresas vencedoras de licitações que descontinuaram a execução do contrato a fim de analisar as informações contidas nos documentos apresentados para sua qualificação econômico-financeira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de finanças públicas**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 01/10/2014.

BRASIL. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de junho de 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em 01/10/2014.

BRASIL. Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de julho de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm>. Acesso em 12/10/2014.

BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 de fevereiro de 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em 12/10/2014.

BRASIL. Lei nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de dezembro de 2006. Disponível em <

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2006/leicp123.htm>>. Acesso em 10/10/2014.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Licitações e Contratos Administrativos**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

Instrução Normativa/ MARE nº 5 de 1995. Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in05_95.htm>. Acesso em 05/10/2014.

Instrução Normativa nº 02 de 2010. Disponível em <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=672>>. Acesso em 06/10/2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU – atualização março/2010 a maio/ 2011. Disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/licitacoes_contratos>. Acesso em 10/10/2014.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e Contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação Pública e Contrato Administrativo**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL. **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores**. Disponível em <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>>. Acesso em 06/10/2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat Menezes. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

TCU. **Informativos de licitações e contratos**. Disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/jurisprudencia/informativos/info_licitacoes>. Acesso em 04/10/2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU**. 4. ed. Brasília: TCU, Secretaria Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A - Editais de Tomada de Preços da UFPR

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
01/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, COMUNICAÇÃO, DADOS E CLIMATIZAÇÃO, AR CONDICIONADO E PREVENTIVO DE INCÊNDIO NO CENTRO DE COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA (DIVIDIDO EM 2 LOTES)	MENOR PREÇO	R\$ 176.592,47	SIM	NÃO CITA
02/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, COMUNICAÇÃO E DADOS, SPDA E CFTV PARA O DEPARTAMENTO DE FITOTÉCNICA	MENOR PREÇO	R\$ 54.181,50	SIM	NÃO CITA
03/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE MECÂNICA	MENOR PREÇO	R\$ 49.995,55	SIM	NÃO CITA
04/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DE SALA	MENOR PREÇO	R\$ 31.450,66	SIM	NÃO CITA
05/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA COM A INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR A SECO DE 225 kVA E MANUTENÇÃO DA CABINE DE TRANSFORMAÇÃO PRIMÁRIA DO BIOTÉRIO/PEIXOTÉRIO E FARMACOLOGIA	MENOR PREÇO	R\$ 48.063,45	SIM	NÃO CITA
07/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ANATOMIA, CÂMARAS FRIAS, TANQUES DE GLICERINA E FORMOL E PREPARO DE PEÇAS CADAVERÍCAS	MENOR PREÇO	R\$ 20.073,16	SIM	NÃO CITA
08/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DE 02 GALPÕES E EXECUÇÃO DE COMEDOUROS E BEBEDOUROS PARA BOVINOS	MENOR PREÇO	R\$ 506.217,02	SIM	NÃO CITA
09/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RESTAURO DA CAPELA DA REITORIA DA UFPR	MENOR PREÇO	R\$ 225.294,72	SIM	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
01/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
02/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
03/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
04/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
05/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
07/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
08/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
09/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
01/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
02/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
03/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
04/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
05/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
07/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
08/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
09/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
10/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA DIREÇÃO DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E PROEV	MENOR PREÇO	R\$ 246.576,28	SIM	NÃO CITA
11/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RESTAURO DA CAPELA DA REITORIA	MENOR PREÇO	R\$ 225.294,72	SIM	NÃO CITA
12/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS NO PRÉDIO CENTRAL	MENOR PREÇO	R\$ 249.097,84	SIM	NÃO CITA
13/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DA 2ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE SÍNTESE E CARACTERIZAÇÃO DE MATERIAIS	MENOR PREÇO	R\$ 744.905,82	SIM	NÃO CITA
14/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RESTAURO DA CAPELA DA REITORIA	MENOR PREÇO	R\$ 225.253,18	SIM	NÃO CITA
15/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS NO GINÁSIO DO SEPT – SETOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	MENOR PREÇO	R\$ 65.553,94	SIM	NÃO CITA
16/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS NOS EDF. D. PEDRO I, D. PEDRO II, DCE E REITORIA	MENOR PREÇO	R\$ 300.167,19	SIM	NÃO CITA
17/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS NAS USINAS PILOTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA A e B	MENOR PREÇO	R\$ 129.127,31	SIM	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
10/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
11/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
12/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
13/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
14/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
15/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
16/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
17/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
10/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
11/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
12/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
13/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
14/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
15/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
16/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
17/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
18/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL	MENOR PREÇO	R\$ 507.163,93	SIM	NÃO CITA
22/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO LACOMA	MENOR PREÇO	R\$ 1.464.745,42	SIM	NÃO CITA
23/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE MULTIPLICAÇÃO DE AGENTES BIOLÓGICOS E PÓS COLHEITA - 3ª FASE	MENOR PREÇO	R\$ 697.329,88	SIM	NÃO CITA
24/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA PARA A TROCA DE COBERTURA DA REITORIA	MENOR PREÇO	R\$ 219.167,41	SIM	NÃO CITA
25/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA PARA A TROCA DE COBERTURA DA BIBLIOTECA CENTRAL	MENOR PREÇO	R\$ 176.846,99	SIM	NÃO CITA
26/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA PARA A TROCA DE COBERTURA DA CASA DA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA DE CURITIBA	MENOR PREÇO	R\$ 109.925,52	SIM	NÃO CITA
27/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE 02 (DOIS) BLOCOS DE EDIFÍCIOS PARA O CEM - CENTRO DE ESTUDOS DO MAR	MENOR PREÇO	R\$ 454.296,53	SIM	NÃO CITA
28/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO E PROJETOS BÁSICOS DE ENGENHARIA COMPREENDENDO: PROJETO ELÉTRICO, PROJETO DE LUMINOTÉCNICA E INFRAESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO ESPORTIVA PARA 02 (DOIS) CAMPOS DE FUTEBOL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS – CED	MENOR PREÇO	R\$ 112.292,12	SIM	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
18/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
22/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
23/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
24/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
25/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
26/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
27/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
28/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
18/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
22/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
23/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
24/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
25/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
26/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
27/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
28/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
29/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE SUBSTITUIÇÃO COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO NO BLOCO PC	MENOR PREÇO	R\$ 693.886,79	SIM	NÃO CITA
30/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MUROS PALITO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO NOS CAMPI DA UFPR	MENOR PREÇO	R\$ 1.460.323,35	SIM	NÃO CITA
31/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA – ELÉTRICO – CABEAMENTO ESTRUTURADO – TELEFONIA – HIDROSSANITÁRIO — AR CONDICIONADO PARA A REFORMA PARCIAL DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	MENOR PREÇO	R\$ 99.041,37	SIM	NÃO CITA
33/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO TELHADO DOS PRÉDIOS DE DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA E DO DEPARTAMENTO DE SOLOS	MENOR PREÇO	R\$ 883.913,71	SIM	NÃO CITA
38/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DO LIXO	MENOR PREÇO	R\$ 930.072,54	SIM	NÃO CITA
39/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E PINTURA DOS EDIFÍCIOS DOM PEDRO II E REITORIA	MENOR PREÇO	R\$ 1.365.194,37	SIM	NÃO CITA
40/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DOS NÚCELOS DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DE USO COMUM E SERVIÇOS DO EDIFÍCIO DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MENOR PREÇO	R\$ 698.117,71	SIM	NÃO CITA
41/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO A SER INTEGRADA AO DEPARTAMENTO DE ANATOMIA	MENOR PREÇO	R\$ 913.159,21	SIM	NÃO CITA
43/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DAS COBERTURAS DAS EDIFICAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MENOR PREÇO	R\$ 473.015,51	SIM	NÃO CITA
46/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO E PINTURA DAS ESQUADRIAS DE FERRO DOS BLOCOS DIDÁTICOS	MENOR PREÇO	R\$ 1.489.288,85	SIM	NÃO CITA
47/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DAS ESQUADRIAS DE FERRO POR ALUMÍNIO NOS BLOCOS DIDÁTICOS	MENOR PREÇO	R\$ 1.432.853,99	SIM	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
29/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
30/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
31/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
33/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
38/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
39/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
40/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
41/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
43/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
46/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
47/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU INFERIORES A 1: CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
29/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
30/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
31/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
33/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
38/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
39/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
40/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
41/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
43/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
46/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
47/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA

Apêndice B - Editais de Concorrência da UFPR

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
02/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DE GABINETES E COORDENAÇÃO DO CURSO DE ZOOTECNIA	MENOR PREÇO	R\$ 2.046.834,11	SIM	NÃO CITA
03/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DE SALAS DE AULA DO SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS – 3ª ETAPA	MENOR PREÇO	R\$ 9.987.708,22	SIM	NÃO CITA
04/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE REDE E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA COM SUBESTAÇÃO PARA O SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS	MENOR PREÇO	R\$ 2.151.999,95	SIM	NÃO CITA
05/2013	CONCESSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 938,00	SIM	NÃO CITA
06/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO 2º E 3º ANDAR – ALA XV DE NOVENBRO – PRÉDIO CENTRAL	MENOR PREÇO	R\$ 1.935.269,80	SIM	NÃO CITA
07/2013	CONCESSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 938,00	SIM	NÃO CITA
08/2013	CONCESSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 600,00	SIM	NÃO CITA
09/2013	CONCESSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA (DIVIDIDO EM 2 ESPAÇOS)	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 1.957,23 / R\$ 251,29	SIM	NÃO CITA
10/2013	CONCESSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 2.000,00	SIM	NÃO CITA
11/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	TÉCNICA E PREÇO	R\$ 2.225.563,32	SIM	IGPM (BP ENCERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
02/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
03/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
04/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
05/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	NÃO CITA
06/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
07/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	NÃO CITA
08/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	NÃO CITA
09/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	SOMENTE SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU INFERIORES A 1: CAPITAL INTEGRALIZADO OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO DE 5% DO VALOR D TERMO DE CONCESSÃO DE USO
10/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	NÃO CITA
11/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	SOMENTE QUANDO OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU INFERIORES A 1: CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
02/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
03/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
04/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
05/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA
06/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
07/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA
08/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA
09/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	OBRIGATÓRIO	NÃO CITA
10/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA
11/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
12/2013	CONCESSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 572,78	SIM	NÃO CITA
13/2013	CONCESSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 802,98	SIM	NÃO CITA
14/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE SUBSTITUIÇÃO COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO NOS BLOCOS DIDÁTICOS E PASSARELAS DO CENTRO POLITÉCNICO	MENOR PREÇO	R\$ 13.453.306,03	SIM	NÃO CITA
15/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA COBERTURA DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MENOR PREÇO	R\$ 3.020.377,13	SIM	NÃO CITA
16/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UFPR – SETOR PALOTINA	MENOR PREÇO	R\$ 2.826.692,23	SIM	NÃO CITA
17/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO BLOCO DO SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA - 2ª FASE	MENOR PREÇO	R\$ 590.648,86	SIM	NÃO CITA
18/2013	CONCESSÃO DE USO PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 154,29	SIM	NÃO CITA
19/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	MENOR PREÇO	R\$ 4.441.431,68	SIM	NÃO CITA
20/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MUROS PALITO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO NOS CAMPI	MENOR PREÇO	R\$ 2.414.723,75	SIM	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
12/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	NÃO CITA
13/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	NÃO CITA
14/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
15/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
16/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
17/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
18/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU INFERIORES A 1: CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO DE 5% DO TERMO DE CONCESSÃO
19/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
20/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO INTEGRALIZADO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
12/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA
13/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA
14/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
15/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
16/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
17/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
18/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	OBRIGATÓRIO	NÃO CITA
19/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA
20/2013	ÍNDICES OFICIAIS	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DA PROPOSTA

Apêndice C - Convites da UTFPR

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
01/2013 - CURITIBA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO, MATERIAL E MÃO DE OBRA	MENOR PREÇO	R\$ 40.205,72	SIM (2008)	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
01/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE ESCADA E CALÇADA EXTERNA PARA AMPLIAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO AO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA	MENOR PREÇO	R\$ 35.380,93	NÃO CITA	NÃO CITA
01/2013 - TOLEDO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA REFORMA DE ALMOXARIFADO E DEPÓSITO, CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE GASES, BEM COMO REPAROS DE PEQUENA MONTA	MENOR PREÇO	R\$ 91.838,21	NÃO CITA	NÃO CITA
02/2013 - CURITIBA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA E CONSTRUÇÃO CIVIL	MENOR PREÇO	R\$ 70.774,95	SIM (2008)	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
02/2013 - TOLEDO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PARAMETRIZAÇÃO DO RELÉ DE PROTEÇÃO DA REDE ELÉTRICA, BEM COMO EXECUÇÃO DOS ENSAIOS NECESSÁRIOS	MENOR PREÇO	R\$ 19.893,27	NÃO CITA	NÃO CITA
03/2013 - CURITIBA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO, MATERIAL E MÃO DE OBRA	MENOR PREÇO	R\$ 40.205,72	SIM (2008)	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
03/2013 - TOLEDO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA REFORMA DE JUNTAS E DILATAÇÃO DE BLOCOS	MENOR PREÇO	R\$ 32.751,22	NÃO CITA	NÃO CITA
04/2013 - TOLEDO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE CISTERNAS E LAJES DE COBERTURA	MENOR PREÇO	R\$ 19.048,50	NÃO CITA	NÃO CITA
05/2013 - TOLEDO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇO ARTESIANO	MENOR PREÇO	R\$ 22.345,84	NÃO CITA	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
01/2013 - CURITIBA	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
01/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
01/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
02/2013 - CURITIBA	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
02/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
03/2013 - CURITIBA	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
03/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
04/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% (ENTRETANTO ESTIPULA O VALOR MÍNIMO DE 3.275,22)
05/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% (ENTRETANTO ESTIPULA O VALOR MÍNIMO DE 3.275,22)

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
01/2013 - CURITIBA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO
01/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
01/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
02/2013 - CURITIBA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO
02/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
03/2013 - CURITIBA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO
03/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
04/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
05/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO

Apêndice D - Editais de Tomada de Preços da UTFPR

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
01/2013 - LONDRINA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO DE PROJETOS DE SONDAGEM, ARQUITETÔNICO, TERRAPLANAGEM, FUNDAÇÃO, ESTRUTURAL, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, ELÉTRICAS, SPDA, TELEFÔNICAS, CABEAMENTO ESTRUTURADO, INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO, ESPECIAIS, DE AR CONDICIONADO E PAISAGISMO	MENOR PREÇO	R\$ 295.012,94	SIM	NÃO CITA
01/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CISTERNA E BOMBA SUBMERSA	MENOR PREÇO	R\$ 16.887,12	NÃO CITA	NÃO CITA
01/2013 - CURITIBA	AQUISIÇÃO DE PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS (COM FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO E INSTALAÇÃO)	MENOR PREÇO	R\$ 147.760,00	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
01/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS INTERNOS COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	MENOR PREÇO	R\$ 250.532,31	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
01/2013 - TOLEDO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA EXECUÇÃO DE ESTACIONAMENTO INTERNO	MENOR PREÇO	R\$ 648.260,53	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
02/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CISTERNA E BOMBA SUBMERSA	MENOR PREÇO	R\$ 16.887,12	NÃO CITA	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
01/2013 - LONDRINA	SIM	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	NÃO CITA
01/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
01/2013 - CURITIBA	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	CAPITAL MÍNIMO DE R\$ 3.000,00 (PARA ITEM 1) E R\$ 4.388,00 (PARA ITEM 2)
01/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
01/2013 - TOLEDO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
02/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
01/2013 - LONDRINA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
01/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA
01/2013 - CURITIBA	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
01/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
01/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
02/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
02/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA	MENOR PREÇO	R\$ 192.066,77	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
02/2013 - LONDRINA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO DE PROJETOS DE SONDAGEM, ARQUITETÔNICO, TERRAPLANAGEM, FUNDAÇÃO, ESTRUTURAL, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, ELÉTRICAS, SPDA, TELEFÔNICAS, CABEAMENTO ESTRUTURADO, INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO, ESPECIAIS, DE AR CONDICIONADO E PAISAGISMO	MENOR PREÇO	R\$ 295.012,94	SIM	NÃO CITA
02/2013 - TOLEDO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, PARA ADEQUAÇÃO/ CONCLUSÃO DO PRÉDIO DO GINÁSIO DE ESPORTES	MENOR PREÇO	R\$ 495.522,00	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
03/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELETRICIDADE PARA EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DEVIDO ÀS NOVAS CONDIÇÕES DE CARGA ELÉTRICA	MENOR PREÇO	R\$ 19.193,33	NÃO CITA	NÃO CITA
03/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA E DESTINAÇÃO DE EFLUENTES	MENOR PREÇO	R\$ 305.251,94	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
03/2013 - LONDRINA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO BLOCO 23	MENOR PREÇO	R\$ 465.703,34	SIM	NÃO CITA
04/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DO CAMPUS, ATARVÉS DE IMPLANTAÇÃO DE GRADES METÁLICAS E PORTÕES	MENOR PREÇO	R\$ 897.344,13	NÃO CITA	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
02/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
02/2013 - LONDRINA	SIM	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	NÃO CITA
02/2013 - TOLEDO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
03/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
03/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
03/2013 - LONDRINA	SIM	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: PL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
04/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
02/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
02/2013 - LONDRINA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
02/2013 - TOLEDO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
03/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA
03/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
03/2013 - LONDRINA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
04/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
04/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO PREDIAL PARA ACESSIBILIDADE	MENOR PREÇO	R\$ 121.864,31	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
04/2013 - LONDRINA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE COBERTURA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA	MENOR PREÇO	R\$ 497.966,82	SIM	NÃO CITA
05/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA ESTACIONAMENTO	MENOR PREÇO	R\$ 1.214.875,35	NÃO CITA	NÃO CITA
05/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO E ADEQUAÇÃO ELÉTRICA	MENOR PREÇO	R\$ 251.386,00	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
06/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE GARAGEM E CIRCULAÇÃO COBERTA, ATRAVÉS DE IMPLANTAÇÃO DE GRADES METÁLICAS E PORTÕES	MENOR PREÇO	R\$ 883.317,63	NÃO CITA	NÃO CITA
06/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO ELEVADO EM CONCRETO ARMADO EXECUTADO COM ANÉIS PRÉ-FABRICADOS E POÇO ARTESIANO	MENOR PREÇO	R\$ 197.073,88	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
07/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO PREDIAL PARA ACESSIBILIDADE	MENOR PREÇO	R\$ 119.336,74	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
04/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
04/2013 - LONDRINA	SIM	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: PL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
05/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
05/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
06/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
06/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA
07/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
04/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
04/2013 - LONDRINA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
05/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
05/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
06/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
06/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
07/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO

Apêndice E - Editais de Concorrência da UTFPR

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
01/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DO BLOCO M	MENOR PREÇO	R\$ 243.260,30	NÃO CITA	NÃO CITA
01/2013 - CURITIBA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA, REDE LÓGICA E DE COMUNICAÇÃO	MENOR PREÇO	R\$ 2.904.654,73	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
01/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DO BLOCO G3	MENOR PREÇO	R\$ 6.544.498,04	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
01/2013 - LONDRINA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DO BLOCO DIDÁTICO 08	MENOR PREÇO	R\$ 11.694.214,46	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
01/2013 - TOLEDO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DO BLOCO E	MENOR PREÇO	R\$ 5.992.722,51	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
02/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DO BLOCO E	MENOR PREÇO	R\$ 200.930,27	NÃO CITA	NÃO CITA
02/2013 - LONDRINA	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, REDE PLUVIAL E TUBULAÇÕES COM CAIXAS DE PASSAGEM PARA A REDE ELÉTRICA E LÓGICA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA QUALIFICADA E ESPECIALIZADA	MENOR PREÇO	R\$ 690.154,53	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
03/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DO BLOCO L	MENOR PREÇO	R\$ 221.323,25	NÃO CITA	NÃO CITA
04/2013 - APUCARANA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO BLOCO N	MENOR PREÇO	R\$ 7.270.946,54	NÃO CITA	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
01/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
01/2013 - CURITIBA	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
01/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	CAPITAL MÍNIMO DE 5% DO VALOR ESTIMADO
01/2013 - LONDRINA	SIM	>1	>1	>1	SIM	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM <1: PL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
01/2013 - TOLEDO	SIM	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	NÃO CITA	CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
02/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
02/2013 - LONDRINA	SIM	>1	>1	>1	SIM	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM <1: PL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO
03/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO (ENTRETANTO APRESENTA O VALOR DE R\$ 20.093,02)
04/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU <1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
01/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO
01/2013 - CURITIBA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
01/2013 - FRANCISCO BELTRÃO	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
01/2013 - LONDRINA	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
01/2013 - TOLEDO	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
02/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO
02/2013 - LONDRINA	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
03/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO
04/2013 - APUCARANA	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	5% DO VALOR DO CONTRATO

Apêndice F - Convites do IFPR

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
01/2013	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVANDERIA	MENOR PREÇO	NÃO CITA NO CONVITE (NÃO CONSTAM OS ANEXOS NO COMPRASNET)	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA
02/2013	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL	MENOR PREÇO	NÃO CITA NO CONVITE (NÃO CONSTAM OS ANEXOS NO COMPRASNET)	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA
03/2013	AQUISIÇÃO DE CARIMBOS	MENOR PREÇO	NÃO CITA NO CONVITE (NÃO CONSTAM OS ANEXOS NO COMPRASNET)	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA
04/2013	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CHAVEIRO COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA	MENOR PREÇO	R\$ 21.419,00	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA
07/2013	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, APOIO DE CORREDOR E CONTROLE DE ACESSO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E INSUMOS PARA LIMPEZA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO VESTIBULAR	MENOR PREÇO	R\$ 33.836,33	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA
08/2013	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DOIS ELEVADORES	MENOR PREÇO	NÃO CITA NO CONVITE (NÃO CONSTAM OS ANEXOS NO COMPRASNET)	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA
09/2013	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NO FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	MENOR PREÇO	NÃO CITA NO CONVITE (NÃO CONSTAM OS ANEXOS NO COMPRASNET)	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
01/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA			NÃO CITA	NÃO CITA
02/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA			NÃO CITA	NÃO CITA
03/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA			NÃO CITA	NÃO CITA
04/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA			NÃO CITA	NÃO CITA
07/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA			NÃO CITA	NÃO CITA
08/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA			NÃO CITA	NÃO CITA
09/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA			NÃO CITA	NÃO CITA

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
01/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA	SIM	NÃO
02/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	SIM	SIM	NÃO
03/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	SIM	SIM	NÃO
04/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	SIM	SIM	NÃO
07/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	NÃO CITA	SIM	NÃO
08/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	SIM	SIM	NÃO
09/2013	NÃO CITA	CITA QUE DEVE SER APRESENTADO CADASTRO NO SICAF OU DOCUMENTAÇÃO QUE O SUPRA, MAS NÃO ESPECIFICA	SIM	SIM	NÃO

Apêndice G - Editais de Tomada de Preços do IFPR

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
01/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO DE CABINE DE ENTRADA DE ENERGIA EM 13,8kV	TÉCNICA E PREÇO	R\$ 200.689,01	SIM	ÍNDICES OFICIAIS (APENAS PARA BP ENCERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
01/2013	SIM	>1	>1	>1	NÃO CITA	SÓ SE OS ÍNDICES FOREM IGUAIS OU INFERIORES A 1: CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
01/2013	ÍNDICES OFICIAIS (APENAS PARA BP ENCERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO

Apêndice H - Editais de Concorrência do IFPR

NÚMERO	OBJETO	TIPO	VALOR ESTIMADO	BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
01/2013	CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DE CANTINA	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 527,87	NÃO CITA	NÃO CITA
02/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA FASE FINAL: FECHAMENTO, ACABAMENTOS, INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-FABRICADA EXISTENTE DE 1 BLOCO ADMINISTRATIVO / DIDÁTICO EM 18 CIDADES, E CONSTRUÇÕES COMPLEMENTARES, DIVIDIDOS EM 18 LOTES	MENOR PREÇO	R\$ 43.394.599,56	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
03/2013	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE READEQUAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	MENOR PREÇO	R\$ 2.560.264,05	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)
04/2013	CONCESSÃO DE USO PARA FINS COMERCIAIS NO RAMO DE CANTINA/ LANCHONETE	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 484,46	NÃO CITA	NÃO CITA
05/2013	CONCESSÃO DE USO PARA FINS COMERCIAIS NO RAMO DE CANTINA/ LANCHONETE	MAIOR LANCE	OFERTA MÍNIMA: R\$ 250,00	SIM	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)

NÚMERO	POSSIBILIDADE DE ENTREGAR BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA PARA SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL	ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	COMISSÃO FARÁ OS CÁLCULOS DOS ÍNDICES SE NÃO HOUVER MEMÓRIA DE CÁLCULO/ CÁLCULO PELO SICAF	COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO
01/2013	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE ÍNDICES FOREM IGUAIS OU INFERIORES A 1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% (NÃO ESPECIFICA EM RELAÇÃO A QUAL VALOR)
02/2013	SIM	>1	>1	>1	SIM	PL MÍNIMO EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA PROPOSTA: 10%
03/2013	SIM	>1	>1	>1	SIM	PL MÍNIMO EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA PROPOSTA: 10%
04/2013	NÃO CITA	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	IGUAL OU >1	NÃO CITA	SÓ SE ÍNDICES FOREM IGUAIS OU INFERIORES A 1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% (NÃO ESPECIFICA EM RELAÇÃO A QUAL VALOR)
05/2013	NÃO CITA	>1	>1	>1	NÃO CITA	SÓ SE ÍNDICES FOREM IGUAIS OU INFERIORES A 1: CAPITAL MÍNIMO DE 10% (NÃO ESPECIFICA EM RELAÇÃO A QUAL VALOR)

NÚMERO	ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	CONSULTA ON-LINE JUNTO AO CADIN	PODE SER UTILIZADO REGISTRO NO SICAF	GARANTIA CONTRATUAL
01/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO
02/2013	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)	SIM	SIM	SIM	5% SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO
03/2013	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)	SIM	SIM	SIM	5% SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO
04/2013	NÃO CITA	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO
05/2013	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI (PUBLICADO PELA FGV) OU OUTRO ÍNDICE QUE O VENHA A SUBSTITUIR (PARA BP ENECERRADO HÁ MAIS DE 3 MESES)	SIM	NÃO CITA	SIM	NÃO